

Aliados do Governo rejeitam a fusão de partidos

Passados oito meses da posse do Presidente Collor, o Governo começa a perceber que não pode continuar prescindindo de apoio dos políticos. Collor elegeu-se por um partido inexpressivo (PRN) e rejeitou-o tão logo assumiu o Poder — seus aliados asseguram que ele já perdeu a oportunidade de compor um partido próprio. O novo Congresso, para o qual todos parlamentares foram eleitos sem a sua ajuda, chegará a Brasília disposto a fortalecer os partidos e a assumir uma posição independente. As idéias de fusão partidária e de blocos parlamentares são rechaçadas pelos parlamentares.

O PDC agora é intocável. Ganhamos oito novos parlamentares e o partido precisa se consolidar. Partidão de apoio é coisa que não cogito — diz o Líder do PDC, Eduardo Siqueira Campos. Ele prevê imensas dificuldades para o Presidente aprovar seus projetos:

A bancada do PDS agora é outra. Maior, com muita legitimida-

de. Capaz de influenciar outros partidos. Não vai tolerar a falta de interesse do Presidente pelo diálogo com o Legislativo. Vai ser muito difícil para ele costurar um bloco de apoio aqui dentro. Fusão partidária também é inviável. Ninguém vai abrir mão de seus partidos ou de suas lideranças — prevê o Líder do PDS, Amaral Netto.

O senador eleito Josaphat Marinho (PFL-BA) também não chega disposto a tratar de blocos ou de fusões partidárias. Quer arregaçar as mangas e tratar de pregar a urgente reorganização dos partidos. No seu entender, as legendas, de uma forma geral, estão carentes de organização e programas próprios, porque se encontram diluídas e, por isso mesmo, incompreensíveis para os eleitores.

— Acho que o Congresso, prioritariamente, deve preservar sua soberania, recuperar o prestígio junto à sociedade. E, para isso, não pode permitir interferências na sua soberania — afirma Josaphat Mari-

nho, para quem o Governo, de forma alguma, pode interferir na escolha dos cargos do Congresso na nova legislatura.

Opinião semelhante tem o senador Espiridião Amin (PDS-SC):

— Eu posso ajudar o Governo com a minha experiência administrativa, através do Congresso, que é um poder que deve participar na condução dos rumos do País. Sou do PDS, me elegi pela minha capacidade, pelos exemplos administrativos que dei no passado. E não abro mão de conservá-los. Não terei qualquer constrangimento em ser fiscal do Governo e de combatê-lo se as verbas não forem bem aplicadas.

Quando o Senador Jarbas Passarinho foi escolhido para ser o articulador político de Collor, a crise entre os parlamentares dos cinco partidos (PRN, PDC, PFL, PTB e PDS) que davam sustentação ao Presidente já chegava a um estágio tal que suas duas propostas — fusão de partidos ou formação do bloco de

apoio ao Governo — foram descartadas pelo menos até a próxima legislatura.

— Quem não participa do processo eleitoral não perde em Estado algum, mas certamente não ganha — avalia Eduardo Siqueira Campos, para quem o Presidente, pelo menos no segundo turno das eleições, deveria participar pelo menos para tentar neutralizar a influência que governadores oposicionistas exercerão sobre suas bancadas no Congresso.

As lideranças que hoje apoiam Collor acreditam mais na formação de blocos para confronto com o Presidente. Lembram que o ex-Presidente José Sarney conseguiu eger-se senador e levar com ele vários de seus fiéis ministros para governos estaduais e para o Congresso. E, prevendo uma vitória de Luís Antônio Fleury em São Paulo, antevêem sérias dificuldades para Collor, com a influência de Orestes Quêrcia sobre a maior bancada do Congresso.